

Novo projeto de lei australiano criminaliza o compartilhamento de materiais pornográficos deepfake sem consentimento

Compartilhar imagens pornográficas deepfake sem o consentimento da pessoa envolvida poderá resultar **pokersa** uma pena de seis anos de prisão, ou sete anos se a pessoa também as criou, de acordo com uma proposta de lei nacional a ser apresentada ao parlamento federal na próxima semana.

O procurador-geral, Mark Dreyfus, é esperado para apresentar uma legislação na quarta-feira para criar uma nova infração criminal pelo compartilhamento, sem consentimento, de materiais sexuais explícitos que foram criados digitalmente usando inteligência artificial ou outras formas de tecnologia.

Após a aprovação, as novas leis tornarão ilegal compartilhar qualquer imagem deepfake não consensual com outra pessoa, seja por email ou mensagem pessoal para um indivíduo ou para uma audiência **pokersa** massa **pokersa** uma plataforma privada ou aberta.

Anunciando a nova legislação no sábado, Dreyfus disse que o governo não toleraria "esse tipo de comportamento criminoso insidioso".

"Material sexualmente explícito criado e alterado digitalmente que é compartilhado sem consentimento é uma forma danosa e profundamente ofensiva de abuso", disse Dreyfus.

"Sabemos que afeta predominantemente as mulheres e meninas que são alvo desse tipo de comportamento profundamente ofensivo e prejudicial. Pode infligir danos profundos e duradouros às vítimas."

Legislação para acompanhar a evolução tecnológica

O objetivo do projeto de lei é possibilitar que a legislação acompanhe a evolução tecnológica. Atualmente, não é ilegal criar uma imagem deepfake pornográfica gerada por IA ou digitalmente alterada.

Proibir isso sozinho não está dentro da jurisdição da Comunidade e exigiria alterações nas leis estaduais e territoriais, com movimentos **pokersa** andamento **pokersa** algumas jurisdições.

No entanto, existem leis comuns sobre o uso de um serviço de comunicação - telefone, tecnologia baseada **pokersa** {sp} ou internet - para cometer crimes e o novo projeto de lei de emenda ao Código Penal (material sexual deepfake) expande essas leis para incluir a disseminação de deepfake pornografia na lista de infrações.

Estabelecendo a infração federal de compartilhamento dessas imagens punível com seis anos de prisão, o governo está adicionando uma infração agravada complementar para cobrir qualquer pessoa que também foi responsável pela criação delas. A infração agravada terá uma pena adicional de um ano de prisão.

As novas infrações abrangerão apenas imagens que retratem adultos. Existem leis separadas que abordam a posse de imagens sexuais explícitas de crianças reais ou imagens projetadas para serem semelhantes a crianças, que podem capturar material artificialmente gerado.

Medidas para reduzir a violência contra as mulheres

Essa alteração faz parte de um conjunto de medidas destinadas a reduzir a ocorrência de violência contra as mulheres e abordar o papel que a tecnologia, incluindo as mídias sociais, desempenha na disseminação e normalização de imagens e ideias violentas, degradantes e misóginas.

Essas medidas incluem uma revisão da Lei de Segurança Online e propostas para abordar o doxing - o uso ou publicação de material particular ou identificador com intenção maliciosa.

Com mais de 10 metros de largura, o rompimento do dique ocupa por volta das 12h40 no rio Laoha na vila Taipingdi **pokersa** Chifeng forçando a evacuação dos 800 residentes e dedicação cerca para 600 hectares.

Foram mobilizados para selar o rompimento mais de 800 trabalhadores da resgate do polícia armada, bombeiros. Segurança pública e gestão das empresas dos departamentos externos

Informações do documento:

Autor: symphonyinn.com

Assunto: pokersa

Palavras-chave: **pokersa - symphonyinn.com**

Data de lançamento de: 2024-09-27